



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO

**PORTARIA N.º 006 – P, DE 23 DE MAIO DE 2016.**

**O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, e tendo em vista o que dispõe a lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, especialmente no art. 55, inciso I, alínea “a”, RESOLVE, ad referendum da Mesa:

Art. 1º Fica aprovado o **Relatório de Gestão Fiscal** do primeiro quadrimestre de 2016, composto dos **Anexos 1 e 6**, regulamentados pela Portaria STN/MF n.º 553/2014 e Instrução Normativa n.º 06/2002, de 18 de dezembro de 2002, do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins.

Art. 2º O relatório referido no artigo anterior será disponibilizado por meio eletrônico nos Diários Oficial do Estado e da Assembleia, e na Internet desta Casa de Leis, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º do art. 55 da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

**Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins,**  
aos 23 dias do mês de maio de 2016.

  
Deputado **OSIRES DAMASO**  
Presidente



ESTADO DO TOCANTINS  
PODER LEGISLATIVO  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS MAIO/2015 A ABRIL/2016	
	LIQUIDADADA (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)		
Pessoal Ativo	119.296.403,04	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	119.296.403,04	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 de LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.227.788,47	-
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	6.081.946,44	-
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1.145.842,03	-
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	112.068.614,57	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) - (III a + III b)		112.068.614,57

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6.435.301.473,51
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	1,74
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,77%	113.904.836,08
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,68%	108.209.594,28
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,59%	102.514.352,47

Nota<sup>1</sup>: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, são consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processado, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

Nota<sup>2</sup>: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSÁUDE, por não estar abrangido pelo art. 18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota<sup>3</sup>: Os prazos para as medidas de reenquadramento da despesa com pessoal aos limites legais serão duplicados, conforme preceitua o art. 66, da LRF; fato este devido à contração do PIB nacional (negativo) nos quatro últimos quadrimestres divulgados pelo IBGE. Desta forma, o prazo para redução de 1/3 do excedente, para a recondução do índice de despesas com pessoal aos patamares exigidos, deverá ser adequado até abril/2016.

As medidas já implementadas para retorno ao limite legal foram: I - a exoneração de servidores comissionados dos gabinetes; e II - a execução do PAI - Programa de Aposentadoria Incentivada, que contou com o desligamento de 16 servidores efetivos no final do exercício de 2015.

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

2015			2015			2016		
2º Quadrimestre			3º Quadrimestre			1º Quadrimestre		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)
1,77	1,80	0,03	0,01	1,79	1,84	0,07	1,77	1,74

Nota: DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

Palmas, Tocantins, 23 de maio de 2016.

Antonio Luiz de Sousa Santos  
Diretor de Auditoria e  
Controle Interno

Juliana Passarin  
Diretora de Área  
Orçamentária e Financeira

Waldir Demétrios da Costa Júnior  
Coordenador de Contabilidade  
CRC-002286/O-TO

Deputado Osires Damaso  
Presidente



ESTADO DO TOCANATINS  
PODER LEGISLATIVO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS LIMITES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
PERÍODO DE REFERÊNCIA: MAIO/2015 A ABRIL/2016

LRF, art. 48 - Anexo 6

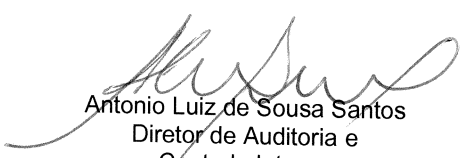
R\$

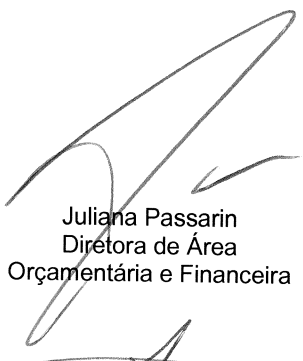
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida			<b>6.435.301.473,51</b>
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Total da Despesa Líquida com Pessoal para fins de apuração do Limite-TDP		112.068.614,57	<b>1,74</b>
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)		113.904.836,08	<b>1,77</b>
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)		108.209.594,28	<b>1,68</b>
Limite de Alerta (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)		102.514.352,47	<b>1,59</b>
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0	0
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias		0	0
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas		0	0
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		0	0
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Op. de Crédito Internas e Externas		0	0
Limite Definido p/ Senado Federal p/ Op. de Crédito por Antec. da Receita		0	0
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÕES EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos		-	-

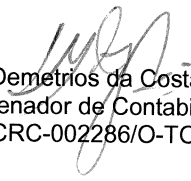
Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado -RCL / Diretoria de Área Orçamentária e Financeira da Assembleia Legislativa.

**Nota Explicativa:** Conforme o art. 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) a despesa com pessoal compreende o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, inativos e os pensionistas com quaisquer espécies remuneratórias. Dessa forma, não foram incluídos no cálculo as despesas com a cota patronal do plano de saúde dos servidores desta Casa de Leis.

Palmas - TO, 23 de maio de 2016.

  
Antonio Luiz de Sousa Santos  
Diretor de Auditoria e  
Controle Interno

  
Juliana Passarin  
Diretora de Área  
Orçamentária e Financeira

  
Waldir Demétrios da Costa Junior  
Coordenador de Contabilidade  
CRC-002286/O-TO

  
Deputado Osires Damaso  
Presidente